



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

MESA DIRETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 12 de janeiro de 2017.

Memorando

Ao
Excelentíssimo Senhor
VALDIR SAUTHIER
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR.

Prezado Senhor

Com meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente solicitar atenção e providência de Vossa Excelência, no sentido de autorizar, para que dentro dos ditames legais, seja licitado a contratação de EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro/2017.

Sendo este o assunto do momento, reitero a vossa senhoria os meus protestos de estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,


PEDRO B. FONTANA NANDI
DIRETOR GERAL



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 12 de janeiro de 2017.

DO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

PARA:
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTROLE INTERNO
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Preliminarmente à autorização solicitada mediante Memorando, o Processo deverá tramitar pelos Setores competentes com vistas:

- 1- À indicação de recurso de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;
- 2 – À elaboração de **projeto básico** elencando a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 – À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e julgamento das propostas;
- 4 – Ao exame da regularidade da licitação e contrato, nos termos do art. 5º, inc. V, da Res. 55/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno;
- 5 – Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item terceiro acima.

Cordialmente,


VALDIR SAUTHIER
Presidente



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 12 de Janeiro de 2017.

PARECER REFERENTE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,
DATADO DE 12/01/2017.

ASSUNTO: INDICAÇÃO DE RECURSOS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA PARA FAZER
FRENTE À DESPESA;

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Telefonia Fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro de 2017.

Preço máximo será de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

DEPARTAMENTO CONTÁBIL

DEPARTAMENTO CONTÁBIL

Informo a existência de previsão de recursos orçamentários para a execução do objeto em epígrafe.

Dotação Orçamentária nº:

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

Declaro a existência de recursos financeiros para a execução do objeto em epígrafe.



TELMO PELLEZ

Diretor Financeiro e Gestão Fiscal
CRC/RS 056483/0-9 T-PR



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Telefonia Fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro de 2017.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.1. DESCRIÇÃO DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Sede da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, sita à Rua das Comunicações, nº 1828, Centro, Santa Terezinha de Itaipu-PR.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Fornecimento de Telefonia Fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

2.3. PRAZOS: Os serviços serão recebidos diariamente, no período de Janeiro a Dezembro de 2017.

3. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação da empresa **OI S/A** inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, com endereço comercial sito à Travessa Teixeira de Freitas, nº 75 - Mercês - Curitiba/PR, uma vez que a operadora é a única que disponibiliza os serviços citados acima, no município de Santa Terezinha de Itaipu.

3.1 JUSTIFICATIVA DO TIPO DE LICITAÇÃO: A contratação direta fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO: Janeiro a Dezembro de 2017;

5. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais);

6. FORMA DE PAGAMENTO: pagos mensalmente de acordo com entrega do serviço e consumo;

7. HABILITAÇÃO ESPECÍFICA: Certidões Negativas do FGTS e dos Tributos Federais.

8. REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO: se for o caso;

9. FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será acompanhada por um representante da Administração Pública especialmente designado pela Portaria nº 08/2017, Sr. Telmo Pellenz, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Jessica Vanessa Duarte dos Santos, secretária, Matrícula nº 1953.



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação da empresa **OI S/A** inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, com endereço comercial sito à Travessa Teixeira de Freitas, nº 75 - Mercês - Curitiba/PR, que tem como objetivo FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de Janeiro a Dezembro/2017, visto que a operadora é a única que disponibiliza os serviços citados acima no município de Santa Terezinha de Itaipu. Sendo que o ônus da outorga encontra-se dentro do limite permitido em lei para a contratação direta, não há necessidade que se abra o processo licitatório para o julgamento de propostas e em razão da natureza singular, com profissionais e produtos que só possam ser fornecidos pela empresa em questão.

Fundamentado na Lei 8.666, artigo 25, inciso I, de 21 de Junho de 1.993, não há necessidade de abrir um processo licitatório para a devida contratação do serviço.

Utilizando-se dos critérios abaixo, justificamos o ato.

- 1) Encontra-se constituído, nos termos da legislação vigente:

Lei nº 8.666/93

Artigo 25. É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

A inexigibilidade em tela é praticável, e foi constatado que atende às necessidades da Câmara Municipal. Fixado o preço para a referida prestação dos serviços em R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), pagos mensalmente de acordo com a entrega do serviço e consumo.

Santa Terezinha de Itaipu, 12 de Janeiro de 2017.


ANDERSON PARISE DA ROSA
Presidente da C. P. L.
Portaria Nº 04/2017



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

Luciani Heindrickson da Silva
LUCIANI HEINDRICKSON DA SILVA

Membro da C. P. L.
Portaria Nº 04/2017

Jessica Vanessa Duarte dos Santos
JESSICA VANESSA DUARTE DOS SANTOS

Membro da C. P. L.
Portaria Nº 04/2017

Referência: Dispensa Nº 03/2017

PARECER REFERENTE AO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DATADO DE 12/01/2017


Assunto: Exame da regularidade da licitação e contrato de uma empresa para fornecimento de Telefonia fixa para o edifício da Câmara Municipal , nos termos do artigo 5º, V, da Resolução Nº 55/2007 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno.

Objeto: Contratação Telefonia fixa para o período de Janeiro a dezembro de 2017.

Em análise ao procedimento efetuado pela Comissão Permanente de Licitação deste Poder Legislativo para contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços acima descritos, esta controladoria tem a certificar a regularidade dos feitos, conforme documentos já anexos ao processo.

Portanto, somos de parecer favorável à pretensão do Presidente da Câmara Municipal para adquirir os produtos/serviços objeto deste procedimento, não vislumbrando qualquer óbice à sua efetivação, cabendo destacar que os procedimentos realizados seguem à risca os ditames da Lei de Licitações.

Santa Terezinha de Itaipu, 16 de Janeiro de 2017.-



LIDIA MARCON ALBERTON

Coordenadora Auditora do Sistema de Controle Interno



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO

REF.: Memorando de 16 de Janeiro de 2017.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação.

Interessado: Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha de Itaipu

P A R E C E R

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara,

A Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu almeja contratar diretamente, por inexigibilidade de licitação, a empresa "OI S/A", para o fornecimento do serviço de telefonia fixa na sede da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. Assim está estipulado na Justificativa para a contratação:

"Justifica-se a contratação da empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, com endereço comercial sito à Travessa Teixeira de Freitas, nº 75, Mercês- Curitiba/PR, que tem como objetivo fornecimento de telefonia fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de Janeiro a Dezembro de 2017, visto que a operadora é a única que disponibiliza os serviços citados acima no município de Santa Terezinha de Itaipu".

A contratação direta, mediante inexigibilidade, foi fundamentada na inviabilidade de competição, visto que, a empresa OI S/A é a única na cidade fornecedora de telefonia fixa. A Comissão Permanente de Licitação usa como argumento para sugerir a inexigibilidade de licitação, o art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/93, que permite à Administração decretar a inexigibilidade de licitação em caso de contratação de fornecedor exclusivo.

"Art. 25. (...) I – para aquisição de matérias, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo..."

O Caso em tela subsumi à previsão legal e autoriza a contratação direta da empresa OI S/A, vez que estamos diante de aquisição de produtos de empresa que detém a exclusividade do serviço em questão, estando, portanto, perfeitamente demonstrado a inviabilidade de competição.

Salientado que a contratação direta, mediante inexigibilidade, não afasta a necessidade de apresentação de documentos mínimos de habilitação, devendo ser instruído, no que couber, com os elementos constantes do artigo 26, parágrafo único, incisos II a III da



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

Lei nº 8.666/93, que estabelece os critérios legais para a contratação direta, seja para os casos de dispensa ou inexigibilidade: “Art. 26 (...). Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: II- razão da escolha do fornecedor ou executante; III- justificativa de preço.”

a) razão da escolha do fornecedor ou executante, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso II da Lei nº 8.666/93: A Comissão Permanente de Licitação apresentou justificativa esclarecendo acerca da escolha da empresa OI S/A, nos seguintes termos, “a única que disponibiliza os serviços citados acima no município de Santa Terezinha de Itaipu”

b) justificativa do preço, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993: Não se reporta ao preço da contratação, embora exigência do art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/93, pois o caso em tela, trata-se de produto com fornecedor exclusivo e sem similaridades no mercado, tornando-se impossível pesquisa de mercado para justificar o preço. Neste caso, cabe somente à Administração, aderir ao preço praticado pela empresa fornecedora, pois inviável averiguar preço de mercado, eis que o preço de mercado é aquele pré-estabelecido pelo único fornecedor.

Ainda, houve parecer da Controladora Interna onde atestou “não vislumbrando qualquer óbice à sua efetivação, **cabendo destacar que os procedimentos realizados seguem à risca os ditames da Lei de Licitações**”.

Em conclusão, entende-se juridicamente viável a contratação direta dos serviços pretendidos, pelas razões explanadas supra.

Finalmente, reafirma-se a necessidade de observância, pela r. Divisão de Licitações, das disposições contidas no artigo 26 da Lei 8.666/93, para os fins legais.

É o parecer.

Santa Terezinha de Itaipu-PR, de Janeiro de 2017.


LILIANE NATHALIE FRETES GRELLMANN DAMEN

ADVOGADA DA CÂMARA MUNICIPAL

OAB/PR Nº 48.324



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

CONTRATADA: OI S/A

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)


DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

Santa Terezinha de Itaipu, 17 de Janeiro de 2017.


VALDIR SAUTHIER
PRESIDENTE

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76535764/0001-43
Razão Social: O I S A
Nome Fantasia: O I
Endereço: RUA DO LAVRADIO, 71 ANDAR 2 / CENTRO / RIO DE JANEIRO / RJ / 20230-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/12/2016 a 25/01/2017

Certificação Número: 2016122717330394497347

Informação obtida em 12/01/2017, às 16:03:36.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 76.535.764/0001-43 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet. Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

[Nova Consulta](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 76.535.764/0001-43

Certidão nº: 123124204/2017

Expedição: 12/01/2017, às 16:09:14

Validade: 10/07/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.535.764/0001-43**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0000828-90.2011.5.01.0055 - TRT 01ª Região *

0000867-53.2012.5.01.0055 - TRT 01ª Região *

0078900-90.2002.5.04.0001 - TRT 04ª Região *

0057800-76.2002.5.04.0002 - TRT 04ª Região *

0120400-89.2009.5.04.0002 - TRT 04ª Região *

0000431-41.2013.5.04.0002 - TRT 04ª Região *

0084200-51.2007.5.04.0003 - TRT 04ª Região *

0143700-14.2008.5.04.0003 - TRT 04ª Região *

0000666-10.2010.5.04.0003 - TRT 04ª Região *

0001073-16.2010.5.04.0003 - TRT 04ª Região *

0061400-65.2003.5.04.0004 - TRT 04ª Região *

0033400-79.2008.5.04.0004 - TRT 04ª Região *

0074700-88.2003.5.04.0006 - TRT 04ª Região *

0000572-19.2011.5.04.0006 - TRT 04ª Região *

0088700-90.2003.5.04.0007 - TRT 04ª Região *

0129300-56.2003.5.04.0007 - TRT 04ª Região *

0038200-49.2005.5.04.0007 - TRT 04ª Região *

0000323-02.2010.5.04.0007 - TRT 04ª Região *

0000723-45.2012.5.04.0007 - TRT 04ª Região *

0120900-81.2002.5.04.0009 - TRT 04ª Região *

0113000-68.2007.5.04.0010 - TRT 04ª Região *

0000126-67.2012.5.04.0010 - TRT 04ª Região *

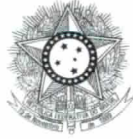
0012700-61.2008.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

0091800-31.2009.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

0000619-07.2013.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0024200-34.2002.5.04.0012 - TRT 04ª Região *
0136400-81.2002.5.04.0012 - TRT 04ª Região *
0081500-12.2006.5.04.0012 - TRT 04ª Região *
0088600-17.2003.5.04.0014 - TRT 04ª Região *
0103700-87.1995.5.04.0015 - TRT 04ª Região *
0131600-40.1998.5.04.0015 - TRT 04ª Região *
0049700-83.2008.5.04.0015 - TRT 04ª Região *
0029900-08.2004.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0067600-81.2005.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0055100-46.2006.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0000804-30.2013.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0001161-10.2013.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0020792-03.2014.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0020833-67.2014.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0020000-89.2004.5.04.0019 - TRT 04ª Região *
0129400-06.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0119600-80.2004.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0020300-77.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0075500-35.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0135200-05.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0074100-15.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0132000-53.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0000630-14.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0000712-45.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0000735-88.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0001442-56.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0000715-63.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0001508-02.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0073700-05.2003.5.04.0022 - TRT 04ª Região *
0077700-09.2007.5.04.0022 - TRT 04ª Região *
0142500-12.2008.5.04.0022 - TRT 04ª Região *
0082400-61.2003.5.04.0024 - TRT 04ª Região *
0054900-15.2006.5.04.0024 - TRT 04ª Região *
0000129-14.2011.5.04.0024 - TRT 04ª Região *
0000306-75.2011.5.04.0024 - TRT 04ª Região *
0000789-37.2013.5.04.0024 - TRT 04ª Região *
0109600-74.2002.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0087600-46.2003.5.04.0025 - TRT 04ª Região **
0137100-81.2003.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0084000-80.2004.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0091300-59.2005.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0119200-12.2008.5.04.0025 - TRT 04ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0045100-52.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0115900-08.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0146000-43.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0000695-91.2010.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0000912-37.2010.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0000692-34.2013.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0111000-51.2001.5.04.0028 - TRT 04ª Região *
0099400-96.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região *
0120600-62.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região *
0134200-53.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região *
0042700-32.2004.5.04.0028 - TRT 04ª Região *
0117600-49.2005.5.04.0028 - TRT 04ª Região *
0042500-80.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região *
0074900-50.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região *
0097400-20.2002.5.04.0030 - TRT 04ª Região *
0182100-21.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região *
0100400-52.2007.5.04.0030 - TRT 04ª Região *
0117301-47.2005.5.04.0101 - TRT 04ª Região *
0079200-67.2007.5.04.0101 - TRT 04ª Região *
0006200-65.2006.5.04.0102 - TRT 04ª Região *
0087600-33.2008.5.04.0102 - TRT 04ª Região *
0118100-13.2007.5.04.0104 - TRT 04ª Região *
0000064-70.2011.5.04.0104 - TRT 04ª Região *
0088100-15.2003.5.04.0122 - TRT 04ª Região *
0089900-78.2003.5.04.0122 - TRT 04ª Região *
0036600-36.2005.5.04.0122 - TRT 04ª Região *
0038100-35.2008.5.04.0122 - TRT 04ª Região *
0010779-44.2011.5.04.0211 - TRT 04ª Região *
0010784-66.2011.5.04.0211 - TRT 04ª Região *
0000180-26.2012.5.04.0271 - TRT 04ª Região *
0011137-52.2013.5.04.0271 - TRT 04ª Região *
0132700-77.1994.5.04.0271 - TRT 04ª Região *
0044100-66.2003.5.04.0303 - TRT 04ª Região *
0000399-56.2013.5.04.0351 - TRT 04ª Região *
0000451-52.2013.5.04.0351 - TRT 04ª Região *
0000302-89.2010.5.04.0471 - TRT 04ª Região *
0044200-94.2006.5.04.0471 - TRT 04ª Região *
0197300-12.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região *
0001482-55.2010.5.04.0661 - TRT 04ª Região *
0001523-22.2010.5.04.0661 - TRT 04ª Região *
0001532-81.2010.5.04.0661 - TRT 04ª Região *
0032900-45.2009.5.04.0661 - TRT 04ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000785-26.2013.5.04.0662 - TRT 04ª Região *

0032900-47.2006.5.04.0662 - TRT 04ª Região *

0000249-46.2012.5.04.0663 - TRT 04ª Região *

0000375-96.2012.5.04.0663 - TRT 04ª Região *

0053100-94.2002.5.04.0701 - TRT 04ª Região *

0074100-47.2008.5.04.0732 - TRT 04ª Região **

0110300-63.2002.5.04.0732 - TRT 04ª Região *

0001620-53.2011.5.04.0801 - TRT 04ª Região *

0156700-84.2005.5.04.0812 - TRT 04ª Região *

0000039-35.2014.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000094-83.2014.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000106-97.2014.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000141-57.2014.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000448-45.2013.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000450-15.2013.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000525-54.2013.5.04.0821 - TRT 04ª Região *

0000265-85.2012.5.04.0861 - TRT 04ª Região *

0000559-44.2011.5.04.0871 - TRT 04ª Região *

1394200-51.2008.5.09.0001 - TRT 09ª Região *

3121000-41.1997.5.09.0002 - TRT 09ª Região *

1379700-81.2002.5.09.0003 - TRT 09ª Região *

0725200-80.2003.5.09.0003 - TRT 09ª Região *

3292500-52.2009.5.09.0004 - TRT 09ª Região *

0000233-62.2010.5.09.0004 - TRT 09ª Região *

0000871-95.2010.5.09.0004 - TRT 09ª Região *

0001618-74.2012.5.09.0004 - TRT 09ª Região *

0941000-32.2001.5.09.0005 - TRT 09ª Região *

1522700-65.2004.5.09.0005 - TRT 09ª Região **

0120900-86.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região **

0886700-20.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região *

0641100-23.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região *

1974300-28.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região *

2174700-45.2008.5.09.0007 - TRT 09ª Região *

0750900-04.2007.5.09.0008 - TRT 09ª Região **

0001501-39.2010.5.09.0009 - TRT 09ª Região *

0000015-76.2011.5.09.0011 - TRT 09ª Região *

0001708-58.2012.5.09.0012 - TRT 09ª Região *

0003700-51.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0196000-06.2004.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0019700-24.2006.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0230200-36.2004.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0046300-67.2006.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0041500-59.2007.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0028000-52.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0033600-54.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0040300-46.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0045100-20.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0277000-37.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0328900-59.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0000392-45.2010.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0000459-39.2012.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0000844-84.2012.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0159800-03.2009.5.09.0025 - TRT 09ª Região *

0001378-87.2010.5.09.0026 - TRT 09ª Região *

9957400-91.2006.5.09.0069 - TRT 09ª Região *

9957700-53.2006.5.09.0069 - TRT 09ª Região **

0129500-27.2003.5.09.0071 - TRT 09ª Região *

0438900-16.2008.5.09.0071 - TRT 09ª Região *

0052301-86.2004.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0045400-34.2006.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0058200-94.2006.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0085100-46.2008.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0149400-80.2009.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0000864-93.2010.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0000636-84.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0001016-10.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0001678-71.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0000021-60.2012.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0017400-89.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região *

0001615-39.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0001618-91.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0000643-25.2011.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0020500-22.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região **

0150200-51.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região *

0012200-78.2003.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0126200-12.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0149700-10.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0090200-76.2009.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0146200-96.2009.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0001547-30.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0001568-06.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0001571-58.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0000201-04.2012.5.09.0096 - TRT 09ª Região *

0000013-47.2014.5.09.0126 - TRT 09ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0274600-17.2009.5.09.0325 - TRT 09ª Região *

0001701-59.2013.5.09.0585 - TRT 09ª Região *

0682800-78.2002.5.09.0652 - TRT 09ª Região *

0020100-44.2004.5.09.0653 - TRT 09ª Região *

0277900-89.2008.5.09.0658 - TRT 09ª Região *

0000377-02.2010.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0071300-58.2007.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0099100-90.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0134900-82.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0332500-14.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0508300-56.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0004400-66.2002.5.09.0663 - TRT 09ª Região *

0230600-55.2004.5.09.0664 - TRT 09ª Região *

0403700-51.2004.5.09.0664 - TRT 09ª Região *

0010400-23.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0021100-58.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0021200-13.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0021400-20.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0044800-68.2006.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0078800-26.2008.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0081300-31.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

0000765-12.2014.5.09.0678 - TRT 09ª Região *

0009600-77.2008.5.09.0749 - TRT 09ª Região *

0000240-62.2011.5.09.0863 - TRT 09ª Região *

0001437-18.2012.5.09.0863 - TRT 09ª Região *

0384100-33.2009.5.12.0002 - TRT 12ª Região *

0236300-10.2000.5.12.0004 - TRT 12ª Região *

0466000-64.2007.5.12.0016 - TRT 12ª Região **

0712700-94.2001.5.12.0026 - TRT 12ª Região *

0008000-82.2002.5.12.0026 - TRT 12ª Região *

0609800-52.2009.5.12.0026 - TRT 12ª Região *

0002870-33.2010.5.12.0026 - TRT 12ª Região *

0000436-80.2015.5.12.0031 - TRT 12ª Região **

0815300-91.2009.5.12.0034 - TRT 12ª Região *

0394200-45.2009.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0785300-08.2009.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0001767-61.2010.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0786500-59.2000.5.12.0037 - TRT 12ª Região **

0631000-82.2009.5.12.0037 - TRT 12ª Região *

0002785-69.2010.5.12.0051 - TRT 12ª Região *

0157600-40.2009.5.18.0003 - TRT 18ª Região *

0030000-61.2008.5.18.0006 - TRT 18ª Região *



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR

De acordo com a Lei nº 1450/2012 e Decreto 117/2013

TERÇA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2017 – ANO V – EDIÇÃO Nº 970

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
CONTRATADA: OI S/A

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

Santa Terezinha de Itaipu, 17 de Janeiro de 2017.

VALDIR SAUTHIER
PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0002026-75.2010.5.18.0007 - TRT 18ª Região *
0010813-82.2013.5.18.0009 - TRT 18ª Região *
0011217-36.2013.5.18.0009 - TRT 18ª Região *
0000591-48.2010.5.18.0013 - TRT 18ª Região **
0119200-29.2008.5.24.0001 - TRT 24ª Região *
0064000-34.2008.5.24.0002 - TRT 24ª Região *
0001757-15.2012.5.24.0002 - TRT 24ª Região *
0055300-15.1998.5.24.0004 - TRT 24ª Região *
0165500-06.2009.5.24.0004 - TRT 24ª Região *
0000383-89.2011.5.24.0004 - TRT 24ª Região *
0000228-52.2012.5.24.0004 - TRT 24ª Região *
0098800-31.1998.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0155100-27.2009.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0001012-26.2012.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0037600-68.2008.5.24.0006 - TRT 24ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 250.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR

De acordo com a Lei nº 1450/2012 e Decreto 117/2013

TERÇA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2017 – ANO V – EDIÇÃO Nº 970

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
CONTRATADA: OI S/A

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

Santa Terezinha de Itaipu, 17 de Janeiro de 2017.

VALDIR SAUTHIER
PRESIDENTE